

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO RURAL:¹ ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO

THE TRANSFORMATION OF RURAL SOCIETY: BETWEEN THE TRADITIONAL AND THE MODERN

Jéssica da Silva Vieira - UFCG

RESUMO

Diversas abordagens surgem no meio rural com o intuito de tratar do processo de modernização/desenvolvimento do campo, trazendo questões sobre a passagem do modelo agrícola tradicional para o modelo tido como capitalista, voltado para o desenvolvimento urbano, com novas relações de produção. Contudo, a chamada “dicotomia” campo-cidade ganha relevância nesse debate, que se volta para as diferenças entre o mundo rural e o urbano, bem como para os atores envolvidos nesse processo, que ocuparão um lugar especial no debate, em que inicialmente está presente o camponês, com um estilo de vida relacionado à agricultura no modelo familiar e, em seguida, surge o empresário rural, dado como dirigente da empresa agrária, gerador de crescimento econômico e sociocultural. Dessa maneira, diversos estudiosos, em suas diferentes análises, traçam um debate sobre o desenvolvimento rural. Nesse sentido, o presente trabalho insere-se no esforço de compreensão das transformações do mundo rural, com base nos chamados rural tradicional e rural moderno, considerando a visão de alguns estudiosos como Brandenburg (2006), Florestan Fernandes (1981) e Maria de Nazaré Wanderley (2011), que, em suas análises do mundo rural, abordam desde os seus primórdios – com foco na ocupação de territórios, grandes propriedades, entre outros aspectos – até a sua transformação, a partir da modernização da agricultura, levando em conta os atores envolvidos em todo esse processo, os quais chamaremos de empresários rurais, que aparecem como novos agentes agrários e econômicos, integrando-se ao mercado com novas técnicas de produção.

Palavras-chave: Transformações do rural. Empresário Rural. Agricultura.

¹ Trabalho apresentado no IV CESO – Ciclo de Estudos em Ciências Sociais. GT05: Divulgando estudos recentes em Ciências Sociais. Seminário Internacional Max Weber 150 anos. VII Colóquio Internacional de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Departamento de Ciências Sociais/UFRN. Natal, 15 a 17 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://cesoufrn.blogspot.com.br/>>.

ABSTRACT

Several approaches arise in rural areas in order to handle on the process of modernization/ development of the field, bringing questions about the transition from traditional to capitalist model considered geared to urban development, with new relations of production agricultural model. However the so-called “dichotomy” city-country gains relevance in this debate, which turns to the differences between rural and urban areas, so as to those involved in the process, which will occupy a special place in the debate, which initially is present peasant with a lifestyle oriented to agriculture in the family model and then comes the rural entrepreneur given as leader of the agrarian business, economic and socio-cultural growth generator. Thus many scholars in their various analyzes paint a debate on rural development. In this sense, the present work is part of the effort to understand the transformation of the rural world, from rural-called traditional and modern country, considering the view of some scholars as Brandenburg (2006), Florestan Fernandes (1981) and Mary of Nazareth Wanderley (2011), who in their analysis of rural address on its beginnings – from the occupation of territories, large estates, among others – as well as its transformation from the modernization of agriculture, as well as the actors involved in the whole this process, which we will call rural entrepreneurs that appear as new agrarian and economic agents, integrating the market with new production techniques.

Key-words: Transformations of rural. Entrepreneur Rural. Agriculture.

INTRODUÇÃO

O debate campo *versus* cidade resulta de novas dinâmicas sociais, econômicas, culturais, entre outras. Em termos metodológicos, há a necessidade de que os dois operem juntos, tendo em vista que não podemos pensar o rural de maneira isolada, mas como um espaço passível de transformação, como destaca Wanderley (2000): “o rural não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma”.

[...] diante deste debate clássico nas ciências sociais, as relações entre cidade e campo na especificidade do processo histórico

brasileiro foram somente inferidas e, por isso, tiveram a apreensão de sua complexidade restrita à hipótese teórica de que, com a expansão das relações capitalistas, haveria sem dúvida a urbanização da população brasileira, bem como de sua economia. A terra e o trabalho no campo responderiam prontamente às leis do capital, de modo que a verdadeira contradição social, entre proletariado e burguesia, se daria nas cidades. Enfim, a explicação da relação cidade-campo, no Brasil, é deduzida logicamente, como se fosse um espelho da situação historicamente circunscrita que Marx abordou, por exemplo, em seu capítulo sobre a acumulação primitiva no Livro I de *O Capital* (FRABETTI, 2006).

Para Schneider (1997), a dicotomia rural *versus* urbano² foi substituída por uma nova concepção que compreende os agricultores como atores de uma determinada propriedade ou comunidade local, que respondiam racionalmente aos estímulos das novas técnicas agrícolas. Dentro do mesmo debate, Mingione e Pugliese (1982) trazem uma discussão crítica da dicotomia urbano/rural, destacando que desde o início dos anos 1970 vem se discutindo a validade dessa dicotomia, tanto do ponto de vista da sociologia rural como da sociologia urbana, tendo-se chegado ao consenso generalizado de que não se deve atribuir a essa dicotomia um valor interpretativo, mas aceitá-la como forma convencional de agregar questões.

Contudo, a chamada “dicotomia” campo-cidade ganha relevância nesse debate, que se volta para as diferenças entre o mundo rural e o urbano, bem como para os atores envolvidos nesse processo, que ocuparão um lugar especial no debate, em que inicialmente está presente o camponês, com um estilo de vida relacionado à agricultura no modelo familiar, e, em seguida, surge o empresário rural, dado como dirigente da empresa agrária, gerador de crescimento econômico e sociocultural.

Nesse sentido, o presente trabalho insere-se no esforço de compreensão das transformações do mundo rural, com base nos chamados rural tradicional e rural moderno, considerando a visão de alguns estudiosos que, em suas análises sobre o mundo rural, abordam desde seus primórdios – com foco na ocupação de territórios, grandes propriedades, entre outros aspectos – até a sua transformação, a partir da

² “[...] a dificuldade para identificar e problematizar as tensões que envolvem a cidade e o campo no presente resulta de limitações nas próprias tradições teóricas das ciências sociais” (FRABETTI, 2006).

modernização da agricultura, levando em conta os atores envolvidos em todo esse processo.

O RURAL TRADICIONAL E O RURAL MODERNO

Brandenburg (2006), ao abordar o rural tradicional, destaca que inicialmente havia a grande e a pequena propriedade, as quais constituíam a base de uma organização social distinta no meio rural, de modo que a primeira se caracterizava pelos engenhos que traziam diversas formas de organizações sociais, enquanto a segunda era definida pelo sentimento de pertencimento, as chamadas colônias (SANTOS, 1978 *apud* BRANDEMBURG, 2006).

O rural tradicional traz a ideia de uma vida social baseada nas relações de vizinhança, compadrio, sentimento de pertença, tendo o camponês como o principal ator, além de realizar atividades de lazer, festividades e manifestações culturais voltadas para a Igreja, chegando a formar sedes de núcleos ou povoados. A agricultura encontra-se direcionada para a família como forma de satisfação de necessidades, como destaca Brandenburg (2006):

As condições estruturais vão fazer com que os agricultores desenvolvam uma agricultura voltada prioritariamente para o abastecimento da família, de forma a satisfazer as suas necessidades vitais, ou de dieta alimentar. Os estudos sobre campesinato tradicional, cuja designação regional difere (colonos, caipiras, sitiantes, agregados), mostram que os sistemas agrícolas eram diversificados, voltados à reprodução física e social da família.

Na agricultura familiar tradicional, eram desenvolvidas diversas técnicas agrícolas, acumulando experiências com a utilização e o manejo de recursos naturais. A vida em comunidade leva a uma relação homem-natureza e a um ajustamento do “habitat”, já que os membros raramente se deslocam para as cidades, sendo a comercialização feita de maneira mais lenta. Nesse contexto, há um sentimento de reprodução social da família e de preservação do espaço,

patrimônio. Assim, mesmo que as relações sociais sejam diferenciadas, deve-se entender o espaço rural com suas diversas representações, que também vão se transformando com o tempo.

Além disso, a comunicação com a cidade é pouca, pois, o que se tem, conforme ressalta Brandenburg (2006), é o rádio como meio de comunicação mais utilizado, principal fonte de informação para muitos povoados, e ainda como um meio de o camponês ficar mais próximo do mundo urbano, através de músicas e informações, tendo em vista o afastamento entre campo e cidade. O que leva as pessoas à cidade nesse momento são a comercialização e a troca de produtos, fazendo com que as relações entre campo e cidade se realizem mesmo que de maneira “estreita”, uma vez que a vida econômica e social das vilas ou cidades está claramente vinculada ao rural.

O rural tradicional traz um sentimento de sociabilidade, fazendo com que o camponês demonstre uma capacidade de ajustamento ao seu habitat, tendo a vida social como complemento do meio natural. Nesse sentido, não somente extrai recursos do meio ambiente com a prática agrícola, mas também preserva a subsistência da família, visto que, além de desenvolver atividades de agricultura, caça e pesca, o camponês realiza outros tipos de trabalho, como produção de artesanato, carpintaria e marcenaria, ou até mesmo exerce tarefas fora da unidade familiar, como empregados, jornaleiros, entre outros.

Já o rural moderno seria a transição do rural para o urbano. Nessa perspectiva, podemos dizer que seria a transição da forma de vida do camponês tradicional como um trabalhador urbano, levando em consideração a modernidade que, com o passar dos tempos, exige que as pessoas sigam determinados percursos, como ressalta Brandenburg (2006): “quando a sociedade se moderniza e impõe seu ritmo e seu padrão de vida ao campo, as condições de vida camponesa se redefinem, a vida social em comunidade se reorganiza”.

O mundo rural vem passando por transformações. Segundo Brandenburg (2006), a política de modernização dos anos 1970, de maneira especial, estimulou as unidades de produção agrícola, sobretudo as grandes propriedades, a

reorganizarem os sistemas de produção, mecanizando-os e liberando mão de obra. Nesse momento, as relações de produção se capitalizam, surgindo assalariados e mão de obra especializada, a partir das mudanças nos padrões técnicos da agricultura.

Em sua obra, Wanderley (2011) aponta que, para Florestan Fernandes, o processo de mudança social da sociedade brasileira é profundamente marcado pelo embate entre o que denomina o “antigo regime” e a instauração de um novo padrão civilizatório na sociedade brasileira (FERNANDES, 1981). Esse antigo regime remete ao sistema colonial com todas as formas de relações patrimonialistas no ambiente rural. A mudança que ocorre vem para eliminar esse antigo regime, o qual, conforme Fernandes, deve alcançar “o nível de integração da civilização fundada na ciência e na tecnologia científica” (FERNANDES, 1963 *apud* WANDERLEY, 2011, p. 21).

Para muitos, o mundo rural era tido como um meio natural, próprio da vida camponesa, que se distinguia da cidade. Com todo o processo de urbanização, esse espaço rural sofreu modificações, a começar pelo êxodo rural, pois as pessoas passaram a migrar para as cidades em busca de novas ocupações, além de se integrar ao mercado e obter novas orientações para os sistemas produtivos. As unidades de produção familiar que antes eram voltadas para a subsistência agora também produzem para o mercado, visando à aquisição de produtos industriais até mesmo para a alimentação. “Os produtos processados na unidade familiar são substituídos por mercadorias industriais, o que faz com que desapareçam os equipamentos relacionados à indústria doméstica” (BRANDEMBURG, 2006, p. 422).

Segundo esse autor, as relações de vizinhança, as festas tradicionais, as antigas formas de sociabilidade são substituídas, isto é, “são trocadas por relações societárias”. Há um novo ajustamento relacionado às situações diversas, o que implica gradativamente um rompimento de uma vida econômica e social centrada na vida comunitária rural. Não se pode mais referir-se a um rural marcado por um único estilo de vida. “A vida social no campo se moderniza, os meios de comunicação, como o rádio, mais tarde a TV, atingem os mais distantes locais” (BRANDEMBURG, 2006, p. 423).

É possível identificar que as transformações existentes, em alguns casos, ajudaram a melhorar as condições de vida social, a estrutura e a organização. Em Wanderley (2000), é destacado que “o desenvolvimento industrial, na medida em que se concentrou nos espaços urbanos, reiterou a estreita identificação entre a atividade agrícola e o meio rural”.

No entanto, conforme Wanderley (2000), não resta dúvida de que as sociedades rurais tradicionais sofreram um intenso processo de transformação, perderam a autonomia relativa que possuíam e se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade “englobante”. Para essa autora, a superação do tradicional passa pelos processos de industrialização e de urbanização.

Nessa perspectiva, alguns autores, como Maria de Nazareth Wanderley e Florestan Fernandes, apontam que essa transformação remete a um capitalismo agrário, com novas relações de produção e de trabalho, surgindo a chamada “empresa rural”, denominada capitalista, e o empresário rural. A esse respeito, Wanderley (2011) ressalta: “Os empresários rurais têm uma posição privilegiada nesta estrutura, na medida em que são eles os agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas à destinação dos setores dominantes, através do que sedimentam a base material de sua própria reprodução social”.

Os empresários rurais surgem nesse “novo rural” – diferindo da categoria camponesa – como novos agentes agrários e econômicos, integrando-se ao mercado com novas técnicas de produção, sendo aqueles que dirigem a empresa agrária. Eles estão inseridos ainda nas chamadas elites econômicas, que nesse momento estão presentes tanto no campo como na cidade, defendendo os seus interesses de mercado e colocando em prática os interesses econômicos. No entanto, Fernandes (1981) indica que tudo isso faz com que os empresários rurais tenham papéis econômicos na economia urbana que não nascem das empresas agrárias, e vice-versa, bem como com que os empresários urbanos tenham papéis econômicos na economia agrária que não derivam das empresas urbano-comerciais ou urbano-industriais nem de sua rede de relações comerciais.

Sobre a empresa rural, Fernandes (1981) aponta que esta é montada para gerar crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural externo, preenchendo a função de ser um meio para outros fins sociais e políticos, não estando ainda polarizada em torno do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural do campo.

Nessa vertente, podemos pensar no caso do Cariri Paraibano, situado na parte Centro-Sul da Paraíba. Essa região representa uma vasta porção do território do estado – cerca de 25% –, ocupando aproximadamente 15.500 km². Conta com uma população de apenas 290.000 habitantes, com forte predominância da população rural (72,6%) e densidade particularmente fraca: menos de 19 hab/km² (média do estado: 49 hab/km²) (IBGE, 1980 *apud* DUQUÉ, 1985).

Nessa região, especificamente no chamado Cariri Ocidental, observa-se que várias políticas de incentivo à pecuária estão voltadas para a caprinovinocultura, em particular a caprinovinocultura leiteira, que pode ser apreendida como um projeto territorial desses atores diferenciados, que o interpretam de maneira diversa, adotando estratégia de intervenção com vistas à promoção do desenvolvimento rural, também diversificada (CUNHA, 2009). O antigo modelo das formas pecuaristas ainda é vivenciado pelos produtores empresariais, que, em seus arranjos produtivos, direcionam a pecuária para uma nova prática agrícola, tanto no tocante à criação de caprinos e ovinos, ou à aquisição das suas propriedades, quanto no que diz respeito ao modo de preparação do solo e à função desenvolvida pela própria pecuária. As mudanças no mundo agrícola são notadas através dos diversos aspectos de transformação, de desenvolvimento, isto é, são as novas visões de mundo que alteram as antigas.

Percebe-se, nessa região, que não somente os antigos latifundiários ou o crescente contingente de agricultores familiares habitam esse universo, mas também outros atores, tendo em vista as transformações surgidas nesse cenário. Nesse contexto, esses atores podem ser identificados como empresários rurais, pois buscam oportunidades de investimento na atividade da pecuária, incluindo novas relações de produção, novos processos de desenvolvimento, a partir de uma

nova lógica produtiva. São pessoas que não operam na base da agricultura familiar nem são antigos latifundiários, mas adquirem propriedades, utilizando-as como um meio de investimento.

A agropecuária, tida como um meio de desenvolvimento sustentável, gera interesse pelo espaço, que deixou de ser visto como o lugar do atraso, passando a ser concebido em uma perspectiva de expansão, através da modernização da produção agrícola e pecuarista.

Sabourin (2001) leva-nos a pensar em redes sociotécnicas como redes de relações interpessoais, permitindo-nos, portanto, fazer um desenho das redes de relações sociais, tanto afetivas como sociotécnicas, nas quais estão inseridos os empresários rurais da região. Esse autor as descreve como modelos de comunicação e mediação social em redes intermediárias, conduzindo-nos a entender processos coletivos de inovação.

Contudo, há a possibilidade de conceber o Cariri Ocidental Paraibano como uma região produtora de recursos para a expansão da atividade pecuarista. Nesse contexto, o Cariri pode ser observado como um dos palcos para as mudanças ocorridas no semiárido nordestino, pois ao longo dos anos é possível notar os diversos esforços de modernização nessa região, além de mudanças relativas e significativas para o combate, em especial, da desertificação, do desmatamento e da falta de sustentabilidade, ligado à questão ambiental, proporcionando um desenvolvimento econômico. Um estudo mais aprofundado sobre a existência desses atores e as transformações na pecuária do Cariri Ocidental Paraibano seria de grande relevância para futuros debates e estudos posteriores.

CONCLUSÃO

Partindo de um novo olhar, podemos pensar o campo não em oposição à cidade, mas como espaços integradores de uma mesma sociedade. Nesse sentido, afirmamos que o rural, como espaço singular, não se confunde com o urbano, mesmo com as transformações ocorridas. Além disso, a modernização da agricultura reforçou e

aprofundou a dependência da produção agrícola aos insumos industriais ao associá-la cada vez mais a mercados consumidores urbanos (WANDERLEY, 2010).

O rural tradicional não foi extinto, pois existe de maneira reinventada; já o rural moderno, denominado de novo rural, veio em meio à modernização do campo, a partir do desenvolvimento do capitalismo, assumindo os processos de industrialização e urbanização. Nesse contexto, o agricultor familiar guarda laços com a tradição camponesa, com base na ordem social e simbólica. Assim, as diversas transformações não fizeram com que as antigas tradições fossem totalmente esquecidas, uma vez que podem ser reinventadas.

A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. O agricultor moderno, particularmente o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa que recebeu de seus antepassados” (WANDERLEY, 2010, p. 89).

Wanderley aponta a emergência de uma nova ruralidade, em que não se vê o fim do mundo rural, mas um novo rural, analisado a partir de suas diferenças espaciais e sociais, dentro do contexto rural moderno. Como toda mudança exige transformação, o camponês, tido como principal personagem, também precisou se reinventar, reinventar suas práticas e atividades de maneira a acompanhar a modernidade, não deixando clara a sua identificação como tal. Já os empresários rurais nascem na nova estrutura, dentro do processo modernizador e capitalista, por essa razão, podem agir de maneira diferenciada dependendo do contexto, político, social e econômico no qual está inserido, pois o que lhe interessa é a geração de capital e o excedente econômico, do qual irá dispor “para converter a economia agrária em um meio para outros fins econômicos” (FERNANDES, 1981).

REFERÊNCIAS

BRANDEMBURG, A. **Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental**. Curitiba: MADE- UFPR, 2006. Texto de aula.

CUNHA, L. H. **Processo de (re)pecuarização do semiárido**. I Seminário do Projeto: Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano. UFCG, 2009. Mimeo.

FRABETTI, G. L. Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo: do modelo clássico aos novos desafios. **Revista AGRÁRIA**, São Paulo, n. 5, p. 139-169, 2006.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. **Sociedades de classes e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 190-211.

DUQUÉ, Ghislaine. Estrutura Fundiária e Pequena Produção. (Um estudo de caso no Cariri Paraibano). **Revista Raízes**, Campina Grande, ano IV, n. 4-5, jan.1984/dez. 1985.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 22, p. 83-99, 1982.

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 37-61, 2001.

SCHNEIDER, S. Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n.15, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. A Sociologia do Mundo Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporâneo. **Rurais**, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2011.

Artigo recebido em: 25/03/2014